



Apresentação

Práticas editoriais e intermediações da cultura

Editorial Practices and Intermediation of Culture

Andréa Borges Leão*, José de Souza Muniz Jr.**

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFC) – EMAIL: aborgesleao@gmail.com

** Professor e pesquisador do Departamento de Linguagem e Tecnologia (DELTEC) e do bacharelado em Letras - Tecnologias da Edição do CEFET-MG. Email: jmunizjr@gmail.com

O conjunto de artigos reunidos neste dossiê tem como fio condutor um debate sobre as estratégias e os resultados das práticas editoriais na constituição de espaços de intermediação da cultura. Ao articular redes de relações intelectuais que envolvem aspectos materiais e simbólicos – suportes de textos e imagens, impressos e/ou digitais – e definir de que modo as ideias e conhecimentos circulam no mundo social, os regimes de edição expressam a lógica das discontinuidades históricas.

Os textos procuram mostrar como os editores e outros agentes desse universo – considerado ora como mercado, ora como campo – operam no intermédio das trocas, empréstimos e apropriações entre diversos territórios da produção cultural, delimitando tanto as fronteiras do (im)publicável quanto os contornos dos distintos campos nacionais e mercados linguísticos. Ao mesmo tempo, as práticas editoriais, por meio das importações, traduções e adaptações, incidem sobre a circulação seletiva de modelos estéticos, políticos e intelectuais, definindo modos

heterogêneos de apropriação tanto das produções de caráter restrito como massivo. Assim, com sua força de intervenção pública, essas práticas mostram-se decisivas na formação de redes e espaços de relações de forças em escala local, nacional e transnacional.

É a partir desse enfoque que os artigos encontram um ponto de convergência: se, por um lado, este dossiê apresenta o exame das estratégias e resultados de práticas editoriais localmente construídas em países da Europa, América do Sul e da África, por outro lado não deixa de considerar a formação de amplas polifonias internacionais. Fato é que, desde o surgimento dos primeiros grandes volumes de história editorial nos anos 1980, circunscritos em grande medida à escala do Estado-nação, outros enfoques se mostraram necessários à elucidação de fenômenos não apenas do presente – momento em que, por exemplo, a formação de conglomerados editoriais transnacionais se impôs como tema quase incontornável –, mas também do passado, quando intelectuais, textos e impressos lograram viajar, não raro de modo clandestino, entre as fronteiras de



seus países de origem. Por isso, mesmo nos trabalhos em que a circunscrição da escala nacional se faz pertinente, fica evidente que a prática editorial é capaz de catalisar processos de transição e transação entre diferentes territorialidades e temporalidades, o que inclui a própria construção da Nação.

Em que pese esse ponto comum, o conjunto de textos aqui reunidos é diverso no que se refere aos enfoques, objetos e métodos utilizados. Tanto no Brasil como em outros países, esta tem sido uma marca característica dos estudos sociais sobre livro e edição, âmbito de pesquisa para o qual têm convergido praticantes de diferentes disciplinas e correntes analíticas dentro das Humanidades. Cumpre, também, notar a heterogeneidade dos percursos acadêmicos: os cinco artigos são resultado do trabalho de pesquisadores em diferentes estágios de suas trajetórias, todos eles marcados, não obstante, por apostas analíticas que representam contribuições originais a esse campo de estudos. Por fim, no que concerne aos autores, vale sublinhar a variedade de origens geográficas, que abrange tanto tradições nacionais e linguísticas plenamente incorporadas aos regimes de leitura dos pesquisadores brasileiros, como aquelas que ainda merecem, entre nós, maior atenção e espraçamento.

Como porta de entrada para o percurso da leitura aqui proposto, apresentamos a conferência de Jean-Yves Mollier proferida no Simpósio Metamorfoses do Popular, realizado em maio

de 2018 na Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza. O autor examina a dinâmica cultural do século XIX europeu e o desenvolvimento de uma estrutura de difusão de massa antes mesmo da consolidação da indústria da cultura no século XX. A partir disso, lança interrogações sobre a força de atração de certos produtos culturais, como livros, revistas e jornais populares, manuais escolares, espetáculos de teatro, folhetos de canções, filmes, entre outros. A configuração dessas redes de produção, comercialização e consumo, que buscam atrair o maior número possível de pessoas, nos leva ao enfrentamento da ideia comum de um público restrito como parâmetro único de legitimidade. Ora, os objetos produzidos em grande escala e as ideias neles contidas passam mais facilmente de uma cultura a outra, misturando-se uns aos outros e criando públicos comuns, dos folhetins literários oitocentistas às obras nas mídias digitais do século atual, passando pelas novelas de rádio e televisão no século XX. A despeito dos projetos de nacionalização desses bens simbólicos, diz Mollier, a problemática que os informa pode alcançar dimensões transnacionais, o que forçosamente nos leva a pensar essas práticas editoriais nos termos de intermediação e circulação da cultura.

Também nessa perspectiva de considerar o encontro entre a cultura do livro e outras culturas midiáticas, o artigo do sociólogo português Nuno Medeiros toma como base o catálogo e o arquivo histórico da editora portuguesa Romano Torres para discutir as



circularidades e encarnações por meio das quais se confere a um objeto textualizado estatuto identitário e valor simbólico. Um objeto concebido como livro pode se desdobrar em filme, série televisiva ou peça de teatro, isso se seu próprio texto não tiver sido publicado originalmente na imprensa periódica. Para explicar esses processos de transmediatização, o autor dá centralidade ao protagonismo e à intervenção dos editores nos caminhos e passagens transnacionais percorridas pelo livro, sobretudo o traduzido, entre uma instância midiática e outra. Do romance às telas e vice-versa, são as práticas de autoria e edição que orientam as viagens de migração e as metamorfoses textuais.

As operações sociais que permitem aos objetos editoriais transnacionalizar-se e transmediatizar-se também são o foco da análise de Brian Moeran, que lança um olhar antropológico às feiras internacionais do livro, cuja principal finalidade é a negociação de direitos de publicação, tradução e adaptação. Ao retomar as contribuições de Mauss – autor que figura como matriz para as célebres formulações bourdieusianas sobre a “economia antieconômica dos campos culturais” –, Moeran chama a atenção para a dupla natureza do *copyright*: ao mesmo tempo mercadoria e dádiva, o direito de propriedade intelectual, conversível em capital, está no centro desses eventos, que, na perspectiva do autor, enquadram-se na definição de *torneios de valor*, de Arjun Appadurai. Outro aspecto importante que a observação dessas feiras

traz à tona é a necessidade de descentrar as figuras do editor e do autor, com vistas a uma perspectiva mais abrangente que leve em conta a incidência de numerosos outros agentes da cadeia editorial nos processos de decisão, tais como os executivos da área financeira, os profissionais de marketing e os agentes literários.

A explicação dos caminhos e descaminhos que textos e obras percorrem em suas tramas de circulação internacional implica, como se nota, destrinchar os nexos estabelecidos entre os projetos de publicação em senso estrito e os arranjos institucionais que lhe dão guarida. O texto de Karina Jannello mostra os modos pelos quais o Instituto Latino-Americano de Relações Internacionais (ILARI), ligado ao Congresso pela Liberdade da Cultura (CLC) e financiado por instituições norte-americanas, estabeleceu vínculos entre a captação de recursos e a publicação de obras decisivas para a construção de repertórios de análise sócio-histórica da realidade latino-americana. O argumento da análise é que não se podem reduzir os posicionamentos político-ideológicos e os partidos intelectuais aí implicados aos aportes financeiros que lhe dão sustento material, uma vez que os liames entre os projetos editoriais e os projetos políticos obedecem não apenas às lógicas de uma disputa macro – a Guerra Fria –, mas também aos arranjos singulares dos contextos específicos de chegada. Neste caso, o processo de consolidação da figura do cientista social desempenha, segundo a



autora, um papel aglutinador de quadros variados em termos de filiação política e partidária.

A relação entre livro e política é, igualmente, o foco do artigo de Andréa Borges Leão e André Mindoso, que discute a experiência de reivindicação da nacionalidade no Moçambique pós-colonial por meio da identificação do público leitor com os livros escolares. Nos anos 1970, a Frente de Libertação de Moçambique, movimento revolucionário que se autorrepresenta como nova elite do Estado, procurou fazer da produção cultural como um todo, e da edição e distribuição de livros em particular, utensílios de difusão e recepção de uma autoimagem e de um sentimento de pertença à nação socialista. O livro para fins didáticos mostra-se, aqui, como instância privilegiada por meio da qual a política estatal buscou formar um “homem novo” moçambicano na esteira das tentativas de massificação do acesso à escola. Este projeto de integração, porém, logo mostrou seus limites num país atravessado por tensões étnicas, tribais e regionais, colocando à prova a ideia de unificação nacional. Os resultados da análise mostram, nesse sentido, a necessidade de pensar as ambivalências que governam a circulação de ideários de espraiamento internacional – tais como o anticolonialismo e o socialismo –, a pregnância desses ideários em contextos heterogêneos e as circulações internas das práticas editoriais de um país.

À guisa de conclusão, agradecemos a todos os autores participantes e à equipe dos *Arquivos do CMD* por acolher esta proposta de construir um diálogo internacional entre pesquisadores dedicados a problemáticas que são, elas também, inter- ou transnacionais. De um lado, uma parte significativa desse conjunto é tributária do trabalho de tradução, o qual possibilita o acesso mais amplo a textos que, de outro modo, não estariam disponíveis ao leitor de língua portuguesa. De outro, há que se marcar o esforço de fazer circular a produção de pesquisadores de outros meridianos do mundo lusófono, para os quais a comunidade acadêmica brasileira nem sempre dedica a merecida atenção.